



**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES -
SMCL-DGC**

Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO -
<https://smcl.portovelho.ro.gov.br/>

Termo Nº 200 - SMCL-DGC

TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017.003683/2025-34SEI-PVH		
Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Administração - SEMAD	Cadastro: 1006216	
Nome do requisitante: Ruth Natiele Alves Carril	Sector/Departamento: Coordenadoria de Apoio Administrativo	Data do Pedido: 11/04/2025

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada** para a **prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva**, bem como **serviços de instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de peças e insumos necessários**, conforme demanda, visando atender às necessidades da **Secretaria Municipal de Administração - SEMAD**, do Município de **Porto Velho/RO**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

CATMAT/CATSERV: 2771 (APROX.)							
LOTE ÚNICO							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. DE APARELHOS	QTD. ANUAL/ TOTAL	MANUTENÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SEMAD							
AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT 12.000 BTUS, MARCA: ELGIN, AGRATTO E GREE							
1.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 12.000 BTUs	Serviço	15	60		R\$ 280,00	R\$ 16.800,00
1.2	Manutenção corretiva de aparelho de central de ar 12.000 BTUs, com fornecimentos de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 6.720,00	R\$ 6.720,00

	substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno						
1.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 6.720,00	R\$ 6.720,00
1.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 6.720,00	R\$ 6.720,00
TOTAL: R\$ 36.960,00							
CENTRAL DE AR TIPO SPLIT DE 18.000 BTUS, MARCA: ELGIN, TCL, ELETROLUX E CARRIER							
2.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 18.000 BTUs.	Serviço	25	100		R\$ 245,00	R\$ 24.500,00
2.2	Manutenção corretiva de aparelho de central de ar 18.000 BTUs, com fornecimento de peças Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 9.800,00	R\$ 9.800,00
2.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 9.800,00	R\$ 9.800,00
2.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 9.800,00	R\$ 9.800,00
TOTAL: R\$ 53.900,00							
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 22.000 BTUS, MARCA: ELGIN, AGRATTO E ELETROLUX							
3.1	Manutenção preventiva e corretiva de aparelho de ar	Serviço	05	20		R\$ 360,00	

	condicionado de 22.000 BTUs, com fornecimento de peças.						R\$ 7.200,00
3.2	manutenção corretiva de aparelhos de central de ar 22.000 BTUs, com fornecimentos de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 2.880,00	R\$ 2.880,00
3.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 2.880,00	R\$ 2.880,00
3.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 2.880,00	R\$ 2.880,00
TOTAL: R\$ 15.840,00							
AR CONDICIONADO, TIPO 24.000 BTU'S, MARCA ELGIN, TCL E ELETROLUX							
4.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 24.000 BTUs.	Serviço	12	48		R\$ 310,00	R\$ 14.880,00
4.2	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 24.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora ,	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 5.952,00	R\$ 5.952,00

	Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno						
4.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 5.952,00	R\$ 5.952,00
4.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 5.952,00	R\$ 5.952,00
TOTAL: R\$ 32.736,00							
AR CONDICIONADO, TIPO 30.000 BTU'S, MARCA ELGIN							
5.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs.	Serviço	06	24		R\$ 360,00	R\$ 8.640,00
5.2	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 30.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 3.456,00	R\$ 3.456,00
5.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 3.456,00	R\$ 3.456,00
5.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 3.456,00	R\$ 3.456,00
TOTAL: R\$ 19.008,00							
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 36.000 BTUS, MARCA: ELETROLUX E CARRIER							
6.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 36.000 BTUs.	Serviço	03	12		R\$ 416,67	R\$ 5.000,04
	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 36.000 BTUs, com fornecimento de peças:						

6.2	Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 2.000,02	R\$ 2.000,02
6.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 2.000,02	R\$ 2.000,02
6.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 2.000,02	R\$ 2.000,02

TOTAL: R\$ 11.000,09

CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 48.000, MARCA: ELGIN

7.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 48.000 BTUs	Serviço	03	12		R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
7.2	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 48.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
7.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
7.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00

TOTAL: R\$ 13.200,00

CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 50.000, MARCA: ELGIN

8.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 50.000 BTUs.	Serviço	01	04		R\$ 533,33	R\$ 2.133,32
8.2	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 50.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 853,33	R\$ 853,33
8.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 853,33	R\$ 853,33
8.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 853,33	R\$ 853,33

TOTAL: R\$ 4.693,30

CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 54.000, MARCA: CARRIER

9.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 54.000 BTUs.	Serviço	01	04		R\$ 533,33	R\$ 533,33
9.2	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 54.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora ,	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 853,33	R\$ 853,33

	Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno						
9.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 853,33	R\$ 853,33
9.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 853,33	R\$ 853,33
TOTAL: R\$ 4.693,30							
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 60.000, MARCA: ELGIN ELETROLUX E CARRIER							
10.1	Manutenção preventiva e corretiva de aparelho de ar condicionado de 60.000 BTUs, com fornecimento de peças.	Serviço	08	32		R\$ 394,11	R\$ 12.611,52
10.2	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 60.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 5.044,61	R\$ 5.044,61
10.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 5.044,61	R\$ 5.044,61
10.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 5.044,61	R\$ 5.044,61
TOTAL: R\$ 27.745,34							
CORTINA DE AR, MARCA: AGRATTO							
11.1	Manutenção preventiva de Cortina de Ar.	Serviço	02	08		R\$ 141,94	R\$ 1.135,52
	Manutenção corretiva de cortina de ar, com fornecimento de peças:Fornecimento de gas,						

11.2	Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 454,21	R\$ 454,21
11.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 454,21	R\$ 454,21
11.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 454,21	R\$ 454,21
TOTAL: R\$ 2.498,14							
SERVIÇOS DA SMCL							
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 32.000 BTUS, MARCA: ELGIN							
12.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 32.000 BTUs	Serviço	14	56		R\$ 410,00	R\$ 22.960,00
12.2	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 32.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 9.184,00	R\$ 9.184,00
12.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 9.184,00	R\$ 9.184,00
12.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 9.184,00	R\$ 9.184,00

TOTAL: R\$ 50.512,00							
CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 36.000 BTUS, MARCA: ELGIN							
13.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 36.000 BTUs	Serviço	01	04		R\$ 416,67	R\$ 1.666,68
13.2	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 36.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 666,67	R\$ 666,67
13.3	Instalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 666,67	R\$ 666,67
13.4	Desinstalação	Serviço	***	***	SOB DEMANDA	R\$ 666,67	R\$ 666,67
TOTAL: R\$ 3.666,70							
<p>OBSERVAÇÃO. O valor dos serviços de manutenção corretiva, instalação e desinstalação foi delimitado pelo valor de 40% de cada valor total da “Manutenção Preventiva.”</p> <p>OBSERVAÇÃO. A CONTRATADA deverá assegurar que o valor das peças fornecidas não ultrapasse 40% do valor dos serviços contratados, observando que, caso necessário, a CONTRATANTE poderá realizar cotações externas e a CONTRATADA deverá igualar o menor preço encontrado.</p> <p>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 276.452,88 (Duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos).</p>							

1.1.1. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante nos ANEXOS I deste Termo de Referência e o respectivo código do Catálogo de Materiais (CATMAT) ou do Catálogo de Serviço (CATSERV) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalece as especificações do Termo de Referência.

1.2. DA NATUREZA DO OBJETO: A referida contratação é considerada **SERVIÇO COMUM**, cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado. Essa justificativa se encontra com devido amparo legal, nos termos da legislação vigente no inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.3. Prazo de entrega: O prazo estimado para a contratação da empresa especializada, responsável pela prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como pela instalação e desinstalação de aparelhos de ar-condicionado, será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado até a vigência máxima de dez anos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. Esta licitação destina - se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar o **MENOR PREÇO** para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no Art. 5º da Lei 14.133/21. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável atendendo as necessidades da **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD**.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente Contratação apresentou a devida justificativa, extraída dos autos do **Processo Administrativo nº 017.003683/2025-34** SEI-PVH, visa motivar a contratação pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.1.1. Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela **Secretaria Municipal de Administração – SEMAD**, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de **PLANEJAMENTO**. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência id. 0610736 elaborada pelo setor competente, devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

2.1.2. Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei Complementar nº 1.000, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei 14.133/2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, e ainda com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

2.2. DA JUSTIFICAVA DA SEMAD

2.2.1. A contratação encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar id. 0610732.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Conforme informações do Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução escolhida está definida no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)** id. 0610732.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Critérios de Sustentabilidade

4.1.1. A contratada deverá adotar mecanismos de implementação de sustentabilidade que estimulem e favoreçam a utilização de produtos, materiais, equipamentos e processos com menor impacto ambiental, priorizando, sempre que possível, o uso de insumos menos agressivos ao meio ambiente e que não sejam irritantes ao consumidor, bem como equipamentos que ocasionem menor incômodo, apresentem maior eficiência energética e melhor desempenho operacional.

4.1.2. Durante toda a execução contratual, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, promovendo a implementação de ações voltadas à redução dos impactos ambientais decorrentes da prestação dos serviços. Os insumos fornecidos deverão atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

4.1.3. Os serviços deverão ser executados com foco na segurança, durabilidade e eficiência dos equipamentos, garantindo seu funcionamento em condições ideais, de modo a prolongar sua vida útil e reduzir a necessidade de substituições frequentes. As práticas adotadas deverão minimizar a geração de resíduos, evitar desperdícios de materiais e de energia e reduzir os impactos ambientais, incluindo o manejo adequado de resíduos e componentes, tais como fluidos refrigerantes, bem como a utilização de técnicas, procedimentos e produtos que promovam a eficiência energética dos aparelhos.

4.1.4. Considerando que os materiais descartados pela contratada podem representar riscos ao meio ambiente e não devem ser destinados ao lixo comum, a empresa contratada deverá assegurar, na maioria das situações, a adoção de métodos adequados para o descarte seletivo de peças, componentes e demais materiais oriundos da execução contratual. Tais procedimentos deverão estar em conformidade com a política de responsabilidade socioambiental do órgão, bem como com a legislação ambiental vigente, especialmente:

a) DECRETO Nº 2.783, DE 17 de setembro de 1998 – Estabelece a proibição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional de adquirir produtos ou equipamentos que contenham ou utilizem substâncias que destroem a camada de ozônio (SDO). O decreto também dispõe sobre outras providências relacionadas à proteção da camada de ozônio.

b) RESOLUÇÃO CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005 – Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

c) RESOLUÇÃO CONAMA Nº 450, de 06 de março de 2005 – Altera os arts. 9º, 16, 19, 20, 21 e 22, e acrescenta o art. 24-A à Resolução Nº 362, de 23 de junho de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA, que dispõe sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

d) RESOLUÇÃO CONAMA nº 267, de 14 de setembro de 2000 – Estabelece a proibição da utilização de substâncias que destroem a camada de ozônio, determinando medidas para a eliminação gradual dessas substâncias e regulamentando o seu controle ambiental no território nacional.

e) RESOLUÇÃO CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003 – Dispõe sobre a utilização de cilindros para o envasamento de gases que destroem a camada de ozônio, estabelecendo normas para o manuseio, armazenamento e transporte desses cilindros, além de outras providências para garantir a segurança e a proteção ambiental.

4.1.5. No atendimento aos serviços, a contratação deverá contemplar o fornecimento de todos os materiais e equipamentos a serem utilizados, bem como a disponibilização de equipe técnica especializada, devidamente capacitada, observadas as normas de segurança aplicáveis e a utilização obrigatória dos respectivos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs.

4.2. Subcontratação

4.2.1. A subcontratação dos serviços contratados é proibida, pois a manutenção de condicionadores de ar exige alta especialização técnica e conhecimento detalhado dos equipamentos. Permitir a subcontratação poderia resultar na contratação de profissionais sem a qualificação necessária, comprometendo tanto a qualidade quanto a segurança do serviço (Art. 6º, inciso XLIII da Lei nº 14.133/2021). Além disso, a subcontratação pode acarretar custos adicionais, como a coordenação entre diferentes prestadores de serviços, gerando duplicação de margens de lucro e aumentando o custo final sem agregar valor ao serviço (Art. 11, inciso IV da Lei nº 14.133/2021).

4.3. Alteração Subjetiva

4.3.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do produto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

4.4. Da Garantia e Assistência Técnica

4.4.1. A contratada obriga-se a fornecer a garantia integral para peças e serviços, observada a previsão da Lei 8.078/1990 sobre o tema, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses para a mão de obra executada e 90 (noventa) dias para as demais peças substituídas, compreendendo defeitos e vícios de qualidade a contar de data de recebimento definitivo pela Contratante.

4.4.2. Para todos os serviços realizados, caso ocorra reincidência do mesmo problema dentro do período de garantia, a CONTRATADA deverá realizar nova manutenção sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

4.4.3. Problemas decorrentes de serviços realizados deverão ser corrigidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de caracterização de infração grave,

salvo apresentação de justificativa técnica aceita pela CONTRATANTE.

4.4.4. A execução dos serviços de manutenção preventiva abrangerá todos os componentes e peças necessários para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, sendo o pagamento mensal referente aos serviços preventivos de cada unidade, mesmo que composta por mais de um ponto de equipamento.

4.4.5. As manutenções, por não ser possível prever previamente quais componentes serão substituídos, terá um valor estimado correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor total dos itens principais do objeto, conforme metodologia da ABRAMAN – Associação Brasileira de Manutenção, sendo este valor reserva pela CONTRATANTE e pago somente mediante comprovação da execução do serviço e aplicação das peças.

4.4.6. A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico detalhado, elaborado pelo(s) responsável(is) pelos serviços, contendo:

- Equipamento atendido;
- Tipo de manutenção executada (preventiva e/ou corretiva);
- Descrição detalhada do serviço;
- Fotografias com geolocalização, data e hora;
- Registro de peças aplicadas, quando houver substituição.

4.4.7. É vedado o uso de materiais improvisados, adaptados, reconicionados, reciclados ou remanufaturados, sendo permitida a utilização apenas de peças novas, salvo mediante Parecer/Relatório Técnico emitido por profissional competente da Administração Pública.

4.4.8. É vedado o uso de materiais improvisados ou peças adaptadas, de modo a evitar riscos de imprecisão ou funcionamento inadequado dos equipamentos.

4.4.9. Deverão ser aplicadas apenas peças novas, sendo proibido, em quaisquer circunstâncias, o uso de peças reconicionadas, recicladas, remanufaturadas ou provenientes de reutilização de material já empregado, salvo quando acompanhadas de Parecer/Relatório Técnico emitido por profissional competente da Administração Pública (CONTRATANTE).

4.4.10. Consideram-se peças todos os componentes relevantes para o funcionamento do equipamento, tais como placas de circuito, componentes eletrônicos e eletromecânicos, conectores, plugs, fusíveis, sensores, motores, válvulas de segurança, recarga de gás, entre outros.

4.4.11. Para aquisição de peças ou execução de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE:

- Documento identificando o serviço ou peça a ser adquirida;
- No mínimo três orçamentos para fins de análise de economicidade;
- No caso de fornecedor exclusivo, carta do fabricante confirmando a exclusividade, acompanhada de nota fiscal de venda, ou declaração de inexistência de vendas anteriores do componente.

4.4.12. A CONTRATADA deverá disponibilizar assistência técnica qualificada e equipe técnica especializada, garantindo que todos os serviços sejam realizados em conformidade com normas de segurança e utilização dos **Equipamentos de Proteção Individual – EPIs**.

4.4.13. Os valores referentes a peças e materiais complementares serão empenhados separadamente e faturados apenas quando da efetiva aplicação ou execução do serviço, devidamente comprovados por relatório e nota fiscal.

4.4.14. A CONTRATADA será integralmente responsável por quaisquer acidentes ocorridos com seus empregados durante a execução dos serviços, observando a legislação trabalhista, previdenciária e demais exigências legais aplicáveis.

4.5. Execução dos serviços e horário de funcionamento

4.5.1. Os serviços deverão ser executados conforme os horários previamente definidos pela Administração e formalmente comunicados à CONTRATADA,

observando-se os dias e turnos estabelecidos para a execução das atividades, desde que previamente consultada e autorizada pela comissão de fiscalização.

4.5.2. Ressalta-se que a eventual realização dos serviços fora do horário regular não ensejará acréscimo de valores contratuais, não sendo devido qualquer adicional decorrente de horas extraordinárias ou encargos correlatos.

4.6. Responsabilidade da contratada quanto à segurança do trabalho

4.6.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ocorrer com seus empregados durante a execução dos serviços, observando integralmente as disposições das leis trabalhistas e previdenciárias aplicáveis, bem como cumprindo todas as demais exigências legais necessárias ao exercício de suas atividades.

4.7. Relatórios técnicos e comprovação dos serviços

4.7.1. Durante a execução dos serviços, os técnicos responsáveis deverão elaborar, mensalmente, um relatório ou laudo detalhado, contendo informações sobre cada equipamento submetido à manutenção, especificando o tipo de serviço realizado (preventivo e/ou corretivo) e descrevendo as atividades executadas. O documento deverá incluir, ainda, fotografias com referência de geolocalização, acompanhadas de registro de data e horário de realização dos serviços.

4.8. Dos serviços

4.8.1. Os serviços abrangem a manutenção preventiva, corretiva, além da instalação e desinstalação de sistemas de climatização, sendo considerados atividades essenciais para a continuidade do serviço público. A manutenção preventiva será executada mediante cronograma físico, com o fito de antecipar falhas e garantir a eficiência energética. Já a corretiva atuará na restauração imediata da operacionalidade dos aparelhos frente a danos imprevistos. Tais intervenções são vitais para a manutenção de ambientes salubres, garantindo o controle rigoroso da qualidade do ar de interiores e o conforto térmico de servidores e usuários, em conformidade com as exigências da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022.

QUADRO I – MANUTENÇÃO PREVENTIVA

MANUTENÇÃO PREVENTIVA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PERIODICIDADE
1	Serviço de manutenção preventiva: Lavagem a seco do filtro de ar.	UNIDADE	TRIMESTRAL
2	Serviço de inspeção de obstrução por sujeira e aletas amassadas no condensador e evaporador;	UNIDADE	
3	Serviço de verificação de entupimentos ou amassamento na mangueira do dreno;	UNIDADE	
4	Serviço de inspeção e aperto dos terminais elétricos dos equipamentos para prevenção de falhas de contato;	UNIDADE	
5	Serviço de medição de diferencial de temperatura;	UNIDADE	
6	Serviço de inspeção geral da instalação: curto de ar, distribuição de insuflamento, bloqueios de ar e carga térmica na condensadora;	UNIDADE	
7	Serviço de verificação de posicionamento, fixação e balanceamento de hélice e turbina;	UNIDADE	
8	Serviço de teste operacional de controle remoto;	UNIDADE	
9	Serviço de inspeção de ruídos e vibrações anormais;	UNIDADE	
10	Serviço de medição de pressão de equilíbrio e pressões de funcionamento;	UNIDADE	

11	Serviço de manutenção preventiva englobando: desinstalação e limpeza geral na evaporadora e condensadora com produtos biodegradáveis;	UNIDADE	SEMESTRAL
12	Serviço de medição de tensão com rotor travado e observação da queda de tensão para teste do protetor.	UNIDADE	

QUADRO II - MANUTENÇÃO CORRETIVA

MANUTENÇÃO CORRETIVA			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PERIODICIDADE
1	Serviço de manutenção corretiva de ar-condicionado do tipo Split (sem aplicação de peças): Englobando a correção de problemas no funcionamento das unidades condensadora e evaporadora; eliminação de gotejamento e ruídos anormais; desobstrução de tubulação; reparo de placas, válvulas e sensores.	UNIDADE	SOB DEMANDA
2	Manutenção Corretiva (Substituição de Peças exceto Compressor e Ventilador): Serviço de reparo com substituição de componentes menores, sensores e vedações.	UNIDADE	
	Manutenção Corretiva (Substituição de Compressor e Ventilador): Serviço especializado de substituição dos componentes principais do ciclo de refrigeração e ventilação.	UNIDADE	
4	Serviço de recarga com fornecimento de gás refrigerante;	UNIDADE	
5	Serviço de substituição com fornecimento de filtro de ar;	UNIDADE	
6	Serviço de substituição com fornecimento de termostato;	UNIDADE	
7	Serviço de substituição com fornecimento de capacitor;	UNIDADE	
8	Serviço de substituição com fornecimento de placa eletrônica principal;	UNIDADE	
9	Serviço de substituição com fornecimento de placa eletrônica receptora;	UNIDADE	
10	Serviço de substituição com fornecimento de placa eletrônica condensadora;	UNIDADE	
11	Serviço de substituição com fornecimento de motor do ventilador;	UNIDADE	
12	Serviço de substituição com fornecimento de motor compressor;	UNIDADE	
13	Serviço de substituição com fornecimento de controle remoto;	UNIDADE	

QUADRO III - QUADRO QUANTITATIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD DE APARELHOS	QUANTIDADE ANUAL/TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SEMAD						
1	AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT 12.000 BTUS, MARCA: ELGIN, AGRATTO E GREE					
1.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 12.000 BTUs	SERVIÇO		60		
	Manutenção corretiva de aparelho de central de ar					

	12.000 BTUs, com fornecimentos de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
1.2	Instalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
1.3	Desinstalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
2	CENTRAIS DE AR TIPO SLIPT DE 18.000 BTUS, MARCA: ELGIN, TCL, ELETROLUX E CARRIER						
2.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 18.000 BTUs.	SERVIÇO		100			
	Manutenção corretiva de aparelho de central de ar 18.000 BTUs, com fornecimento de peças Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
2.2	Instalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
2.3	Desinstalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
3	CENTRAIS DE AR TIPO SLIPT DE 22.000 BTUS, MARCA: ELGIN, AGRATTO E ELETROLUX						
3.1	Manutenção preventiva e corretiva de aparelho de ar condicionado de 22.000 BTUs, com fornecimento de peças.	SERVIÇO		20			
	manutenção corretiva de aparelhos de central de ar						

	22.000 BTUs, com fornecimentos de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
3.2	Instalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
3.3	Desinstalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
4	CENTRAIS DE AR TIPO SLIPT DE 24.000, MARCA: ELGIN, TCL E ELETROLUX						
4.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 24.000 BTUs.	SERVIÇO		48			
	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 24.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
4.2	Instalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
4.3	Desinstalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
5	CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 30.000 BTUS, MARCA: ELGIN						
5.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 30.000 BTUs.	SERVIÇO		24			
	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 30.000 BTUs, com fornecimento de peças:						

	Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
5.2	Instalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
5.3	Desinstalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
6	CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 36.000 BTUS, MARCA: ELETROLUX E CARRIER						
6.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 36.000 BTUs.	SERVIÇO		12			
	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 36.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
6.2	Instalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
6.3	Desinstalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
7	CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 48.000, MARCA: ELGIN						
7.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 48.000 BTUs.	SERVIÇO		12			
	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 48.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e						

	substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
7.2	Instalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
7.3	Desinstalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
8	CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 50.000, MARCA: ELGIN						
8.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 50.000 BTUs.	SERVIÇO		4			
	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 50.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
8.2	Instalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
8.3	Desinstalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
9	CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 54.000, MARCA: CARRIER						
9.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 54.000 BTUs.	SERVIÇO		4			
	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 54.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar,						

	Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO	***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
9.2	Instalação	SERVIÇO	***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
9.3	Desinstalação	SERVIÇO	***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
10	CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 60.000, MARCA: ELGIN ELETROLUX E CARRIER					
10.1	Manutenção preventiva e corretiva de aparelho de ar condicionado de 60.000 BTUs, com fornecimento de peças.	SERVIÇO	32			
	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 60.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO	***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
10.2	Instalação	SERVIÇO	***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
10.3	Desinstalação	SERVIÇO	***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
11	CORTINA DE AR, MARCA: AGRATTO					
11.1	Manutenção preventiva de Cortina de Ar.	SERVIÇO	8			
	Manutenção corretiva de cortina de ar, com fornecimento de peças:Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor	SERVIÇO	***	SOB DEMANDA	Estimado em 40%	Estimado em 40%

	, Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno					do valor global	do valor global
11.2	Instalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
11.3	Desinstalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
SERVIÇOS DA SMCL							
12	CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 32.000 BTUS, MARCA: ELGIN						
	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QTD DE APARELHOS	QUANTIDADE ANUAL	MANUTENCOES TOTAL	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
12.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 32.000 BTUs.	SERVIÇO		56			
	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 32.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
12.2	Instalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
12.3	Desinstalação	SERVIÇO		***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
13	CENTRAIS DE AR TIPO SPLIT DE 36.000 BTUS, MARCA: ELGIN						
13.1	Manutenção preventiva de aparelho de ar condicionado de 36.000 BTUs.	SERVIÇO		4			
	manutenção corretiva de aparelho de centra de ar de 36.000 BTUs, com fornecimento de peças: Fornecimento de gas, Fornecimento e						

	substituição de filtro de ar, Fornecimento e substituição de termostato, Fornecimento e substituição de capacitor , Motor de ventilador da evaporadora , motor do ventilador da condensadora , Placa receptora , Placa de evaporadora , Placa de condensadora , Mangueira de dreno	SERVIÇO	***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
13.2	Instalação	SERVIÇO	***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global
13.3	Desinstalação	SERVIÇO	***	SOB DEMANDA	Estimado em 40% do valor global	Estimado em 40% do valor global

4.8.2. Ressalta-se que a relação de serviços apresentada nos Quadros de Especificações de Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva possui caráter meramente exemplificativo, destinando-se a demonstrar os serviços inicialmente identificados como necessários, não sendo possível prever, de forma exaustiva, todas as intervenções que poderão ser demandadas durante a execução contratual.

4.8.3. Dessa forma, a contratação deverá contemplar a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado, ainda que tais serviços não estejam expressamente descritos nos quadros mencionados, desde que guardem pertinência com o objeto contratado e sejam indispensáveis à adequada conservação, ao funcionamento regular e à segurança dos equipamentos.

4.8.4. As manutenções preventivas e corretivas deverão, sempre que possível, ser executadas nas dependências da unidade onde o equipamento estiver instalado ou, alternativamente, na mesma localidade de sua instalação. Somente nos casos em que houver necessidade técnica devidamente justificada será admitida a remoção do equipamento para a oficina da CONTRATADA, mediante prévia autorização da CONTRATANTE, sem ônus adicional.

4.8.5. Os serviços de instalação e desinstalação somente serão realizados mediante solicitação formal, por meio de Ordem de Serviço e/ou Ordem de Fornecimento expedida pela CONTRATANTE.

4.8.6. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva deverá ocorrer com a desinstalação do equipamento, quando tecnicamente necessária, sendo obrigatória sua reinstalação após a conclusão dos trabalhos, observadas as normas técnicas vigentes, as recomendações dos fabricantes e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.8.7. Os requisitos técnicos para a desinstalação, instalação, drenagem e fixação das unidades condensadora e evaporadora deverão atender às especificações constantes neste Termo de Referência, bem como às normas da ABNT, ANVISA, MTE e demais legislações e regulamentações aplicáveis.

4.9. Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC

4.9.1. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração, implantação, gestão, execução e atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) dos sistemas de climatização, bem como sobre os prazos, responsabilidades técnicas e critérios de fiscalização.

4.9.2. A elaboração do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, devendo ser subscrito por profissional legalmente habilitado e acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), devidamente registrados no conselho profissional competente.

4.9.3. O referido Plano deverá ser submetido à aprovação da fiscalização da CONTRATANTE no prazo peremptório de até 15 (quinze) dias consecutivos,

contados da assinatura do instrumento contratual, devendo contemplar, no mínimo, todas as diretrizes técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.9.4. O conteúdo do PMOC deve guardar estrita consonância com os manuais técnicos dos fabricantes, além de prever protocolos que assegurem a integridade dos sistemas e os padrões de potabilidade e qualidade do ar ambiente.

4.9.5. A execução contratual pautar-se-á pelas diretrizes fixadas no PMOC aprovado, sem prejuízo do atendimento às ordens de serviço e demandas pontuais expedidas pela comissão de fiscalização da Administração.

4.9.6. Em situações de manutenção preventiva excepcional ou de urgência, devidamente comunicadas pela contratada ou solicitadas pelo órgão, os serviços deverão ser prestados de imediato, independentemente da periodicidade ordinária prevista no cronograma do PMOC.

4.9.7. O documento deverá detalhar a identificação do estabelecimento, a periodicidade das intervenções e a descrição minuciosa das atividades, incluindo protocolos de contingência para falhas e emergências, em total observância ao Anexo I da Portaria nº 3.523/98 do Ministério da Saúde e às normas da ABNT NBR 13971:2014.

4.9.8. Compete à CONTRATADA assegurar a aplicação fidedigna do PMOC por meio da prestação contínua e ininterrupta dos serviços de manutenção.

4.9.9. A empresa deverá manter, de forma organizada e disponível para auditoria a qualquer tempo, o histórico de registros e evidências da execução de todos os procedimentos previstos no plano.

4.9.10. Durante a vigência contratual, a CONTRATADA poderá propor atualizações ou ajustes ao PMOC, condicionados à prévia anuência da fiscalização, que também poderá determinar adequações baseadas em novas especificações técnicas dos fabricantes ou necessidades supervenientes da Administração.

4.9.11. Quando acionada pela fiscalização, a contratada terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para o comparecimento in loco e diagnóstico do problema, devendo concluir o reparo em igual período, salvo em casos de comprovada impossibilidade técnica devidamente justificada e aceita pela Administração.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da forma do prazo, local de entrega, detalhamento dos serviços e condições de recebimento

5.1.1. Prazo para início da execução dos serviços. Os serviços deverão iniciar-se até 24 (vinte e quatro) horas contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço autorizada, expedida pela administração municipal, de acordo com o artigo 106 da Lei 14.133/2021, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

5.1.2. Os serviços serão executados nas dependências da Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), local onde os equipamentos estão instalados. O atendimento estender-se-á, outrossim, às demais unidades municipais, tais como a Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações (SMCL) e o Departamento de Patrimônio, Arquivo, Logística, Conservação e Reparos (DRLP).

5.1.3. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços: SEMAD: R. Duque de Caxias, 186 – Centro, Porto Velho – RO; SMCL: RUA MÉXICO, 2331 - NOVA PORTO VELHO, PORTO VELHO - RO e DRLP: Rua Liduína, 4899 – Bairro: Roque – Porto Velho – RO

5.1.4. Os serviços deverão ser realizados no local de instalação dos equipamentos, exceto nos casos em que, por motivo técnico devidamente justificado, seja necessária a remoção para a oficina da CONTRATADA, mediante prévia e formal autorização da CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional.

5.2. Detalhamento dos serviços

5.2.1. Manutenção Preventiva

5.2.1.2. Tem por objetivo todas as ações técnicas necessárias à garantia de melhor desempenho e durabilidade dos equipamentos, consistindo na remoção do equipamento para limpeza, higienização e revisão dos componentes elétricos, hidráulicos e mecânicos das unidades condensadora (unidade externa) e

evaporadora (unidade interna).

5.2.1.3. Visitas trimestrais para limpeza e verificação das condições dos aparelhos de ar-condicionado, inclusive testes e ajustes. As visitas deverão ser previamente agendadas com o executor do contrato e poderão ser realizadas concomitantemente com a manutenção corretiva.

5.2.1.4. Efetuar testes de regulagem, eficiência e controle de temperatura;

5.2.1.5. Utilização de produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas ou mutagênicas.

5.2.1.6. Observação das normas técnicas e regulamentações vigentes da ABNT, MTE, ANVISA e concessionárias locais de energia elétrica.

5.2.1.7. Análise da qualidade do ar mensalmente e correção do sistema quando necessário, conforme a resolução 09/2003 da ANVISA.

5.2.2. Manutenção corretiva

5.2.2.1. Os serviços de manutenção corretiva, quando necessários, serão solicitados pela CONTRATANTE e deverão ser precedidos de **orçamento prévio detalhado**, elaborado pela CONTRATADA, contemplando:

a) Marca(s)/modelo(s) e número(s) de tombamento patrimonial do(s) equipamento(s);

b) Nome, quantidade, marca, referência e modelo das peças a serem substituídas;

c) Justificativa técnica da substituição, detalhando a causa do defeito e observando as especificações do fabricante ou equivalentes, caso peças originais não estejam disponíveis.

5.2.2.2. A execução dos serviços será realizada preferencialmente no local em que o(s) equipamento(s) se encontram, exceto quando houver necessidade técnica de deslocamento à oficina da CONTRATADA, mediante autorização da CONTRATANTE, sem ônus adicional.

5.2.2.3. Todos os serviços devem ser documentados por relatório individual por equipamento, contendo:

a) Descrição sumária do equipamento (marca, modelo, número de série e tombamento);

b) Tipo de serviço realizado (preventivo e/ou corretivo);

c) Data, hora de início e término;

d) Condições inadequadas encontradas ou risco de falhas futuras;

e) Fotografias com **geolocalização, data e hora**; Registro das peças aplicadas.

5.2.2.4. Todas as peças, compressores, filtros e gás refrigerante substituídos devem ser **novas e genuínas**, com preços compatíveis ao mercado, mediante verificação da CONTRATANTE. É **vedado o uso de peças reconcondicionadas, recicladas, remanufaturadas ou adaptadas**, salvo mediante parecer técnico formal.

5.2.2.5. O prazo máximo para apresentação do **orçamento prévio** será de 48 horas, e o serviço deverá ser executado em até 24 horas após aprovação, salvo casos de impossibilidade técnica devidamente justificada e aceita pela CONTRATANTE.

5.2.2.6. A CONTRATANTE poderá recusar ou solicitar revisão do orçamento; a CONTRATADA deve executar os serviços conforme aprovado.

5.2.2.7. A CONTRATADA deve indicar obrigatoriamente, no orçamento, o **prazo de execução**, contado da data de entrada do equipamento na oficina ou execução no local.

5.2.2.8. Todas as peças substituídas deverão ser entregues à CONTRATANTE após a conclusão do serviço.

5.2.2.9. A manutenção corretiva somente poderá ser iniciada após **aprovação do**

orçamento e autorização da CONTRATANTE.

5.2.2.10. Para efeito de planejamento, prevê-se **duas manutenções corretivas no período de 12 meses**, realizadas conforme demanda.

5.2.2.11. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as **normas técnicas da ABNT, Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde e legislação vigente**, garantindo segurança, qualidade, continuidade e registro completo dos serviços.

5.2.2.12. Todos os procedimentos devem ser realizados por **mão de obra qualificada**, com uso obrigatório de **EPIs**, ferramentas adequadas e seguindo protocolos de segurança para proteção do pessoal e do equipamento.

5.3. Das possíveis peças para substituição

5.3.1. Quando for identificada a necessidade de reposição de peças que não estejam cobertas pela garantia do fabricante, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE um **relatório detalhado**, descrevendo o defeito apresentado, a causa provável, as peças necessárias, suas especificações técnicas (marca, modelo ou compatíveis) e respectivos orçamentos, para aprovação antes de qualquer execução.

5.3.2. Todas as peças substituídas durante a manutenção preventiva ou corretiva deverão ser apresentadas à SEMAD ou à unidade responsável, com discriminação detalhada das peças substituídas para fins de controle e garantia.

5.3.3. É de responsabilidade da CONTRATADA fornecer e instalar as peças necessárias, bem como utilizar os insumos e ferramentas para execução dos serviços, sem custo adicional para a CONTRATANTE, incluindo lubrificantes, produtos de limpeza, solda, deslocamento e demais itens relacionados à substituição.

5.3.4. As peças fornecidas devem ser **novas, originais ou compatíveis**, não sendo aceitas peças reconcondicionadas, usadas ou de marca diversa da original.

5.3.5. A CONTRATADA deverá assegurar que o valor das peças fornecidas não ultrapasse **40% do valor dos serviços contratados**, observando que, caso necessário, a CONTRATANTE poderá realizar cotações externas e a CONTRATADA deverá igualar o menor preço encontrado.

5.3.6. As peças deverão ser entregues e instaladas no menor prazo possível após autorização da CONTRATANTE; caso haja impossibilidade, será estabelecido novo prazo pela CONTRATADA, com justificativa expressa.

5.3.7. Todas as peças substituídas deverão ser entregues integralmente à Comissão de Fiscalização ou unidade responsável, com documentação adequada para controle da garantia, incluindo peças em regime de troca quando aplicável.

5.3.8. A CONTRATADA deve manter todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeito estado, substituindo qualquer item danificado, e zelar pela correta utilização e higienização dos materiais durante os trabalhos.

5.3.9. A CONTRATADA será reembolsada pelas peças e componentes utilizados nas manutenções corretivas, mediante apresentação de Notas Fiscais e comprovação de custo, acompanhadas de no mínimo 03 (três) cotações de mercado, comprometendo-se a entregar os itens pelo menor valor cotado.

5.3.10. As peças e componentes utilizados na manutenção corretiva deverão ser novas e genuínas, não sendo aceitas peças usadas ou reconcondicionadas. Todas as peças substituídas deverão ser entregues à CONTRATANTE após a execução do serviço, como condição indispensável para o recebimento definitivo do mesmo.

5.3.11. Para fins de planejamento financeiro, fica estabelecido que a aquisição de peças, componentes ou conjuntos de peças não poderá exceder 40% do valor total da contratação **do valor dos serviços contratados**, observando-se sempre a aprovação prévia da CONTRATANTE e comprovação de cotações de mercado.

5.4. Da inclusão e exclusão de aparelhos

5.4.1. Fica acordado que durante a vigência contratual/ execução do contrato, poderá haver inclusão de novos aparelhos de ar-condicionado, que a SEMAD, SMCL E DRLP venha adquirir, observando-se a garantia do fabricante, bem como realizar a

exclusão de outros aparelhos que se tornarem inservíveis para o uso do órgão.

5.5. Condições de recebimento

5.5.1. O recebimento e aceitação dos serviços observarão as especificações contidas neste Termo de Referência, no edital e as disposições contidas no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

5.5.2. O recebimento será realizado em duas etapas: **provisório e definitivo**.

5.5.3. Recebimento provisório: O recebimento provisório será realizado em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento dos documentos apresentados pela contratada, junto a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

5.5.3.1. A fiscalização elaborará relatório circunstanciado contendo registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, podendo incluir outros documentos julgados necessários.

5.5.3.2. O relatório será encaminhado ao gestor do contrato para fins do recebimento definitivo.

5.5.3.3. Em caso de fiscalização exercida por um único servidor, este realizará o relatório circunstanciado com os mesmos requisitos do item anterior.

5.5.3.4. O recebimento provisório não exime a contratada da responsabilidade civil, ecológica ou profissional sobre os serviços prestados.

5.5.4. Recebimento definitivo

5.5.4.1. O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato ou comissão designada em até **07 (sete) dias úteis** após o recebimento do relatório do termo de recebimento provisório.

5.5.4.2. O gestor analisará os relatórios e a documentação apresentada pela fiscalização, identificando eventuais irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, comunicando à contratada para as devidas correções.

5.5.4.3. Será emitido termo circunstanciado confirmando o recebimento definitivo, indicando o cumprimento das obrigações da contratada, identificação do documento fiscal atestado, período de execução, data e assinatura do gestor.

5.5.4.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferir o atendimento das exigências contratuais.

5.5.4.5. Caso haja controvérsia sobre a execução do objeto (dimensão, qualidade ou quantidade), será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, sendo permitido pagamento da parcela incontroversa mediante emissão de Nota Fiscal.

5.5.5. A Comissão de Recebimento fará a conferência da quantidade e qualidade dos serviços prestados, conforme especificações técnicas do Termo de Referência.

5.5.6. Só será reconhecida a entrega realizada se os quantitativos e a qualidade dos serviços estiverem em conformidade. Caso algum serviço seja recusado, a nota fiscal ficará pendente até a regularização.

5.5.7. Aceitos os serviços, será procedido o atesto da nota fiscal, autorizando o pagamento.

5.5.8. Havendo necessidade de alteração na jornada de trabalho para atendimento ao horário de funcionamento da unidade/órgão, a mesma será negociada com a contratante, sempre respeitando a jornada laborativa.

5.5.9. Os serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando não estiverem de acordo com o contrato, devendo ser corrigidos às custas da contratada, sem prejuízo de aplicação de sanções cabíveis.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Após a formalização do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade responsável poderá convocar o representante da empresa contratada para a realização de **reunião inaugural**, destinada à apresentação da equipe de

fiscalização e gestão contratual.

6.1.1. Nessa oportunidade, serão detalhadamente apresentados os aspectos relacionados às **obrigações contratuais**, aos **mecanismos e rotinas de fiscalização**, às **estratégias para a execução do objeto**, ao **plano complementar de execução**, quando aplicável, aos **critérios e métodos de aferição dos resultados**, às **formas de medição e pagamento**, bem como às **sanções administrativas cabíveis**, entre outras informações pertinentes à adequada execução do contrato.

6.1.2. A execução do contrato deverá ser monitorada e fiscalizada pelos fiscais designados para esse fim ou, em suas ausências ou impedimentos, por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Da Fiscalização

6.2.1. A empresa contratada ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, bem como a permitir o acesso da fiscalização aos locais de execução dos serviços.

6.2.2. A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por servidor(es) ou comissão formalmente designada(s), doravante denominada(s) **FISCAL(IS)** do contrato, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação, acompanhamento e controle, observando-se o fiel cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3. Compete ao(s) Fiscal(is) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob os aspectos **qualitativo e quantitativo**, podendo rejeitar, no todo ou em parte, a execução que não esteja em conformidade com as especificações contratuais, não eximindo a contratada de sua total responsabilidade pelo cumprimento integral do objeto.

6.2.4. Caberá ao(s) Fiscal(is) supervisionar, fiscalizar, conferir e atestar os serviços executados, bem como verificar a funcionalidade dos equipamentos, materiais e insumos utilizados, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.5. O recebimento da execução do objeto será efetuado pelo(s) Fiscal(is), observados os procedimentos legais aplicáveis. A ausência de manifestação da SEMAD quanto a eventuais irregularidades não exime a contratada das responsabilidades assumidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

6.2.6. A existência e atuação da fiscalização não excluem nem reduzem a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução contratual.

6.2.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará continuamente a execução contratual, de modo a assegurar o cumprimento integral das condições estabelecidas, a obtenção dos melhores resultados para a Administração e a adoção tempestiva de providências corretivas, nos termos do art. 22, inciso VI, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.2.8. Em caso de não conformidade na execução dos serviços, a contratada será formalmente notificada para adoção das medidas corretivas cabíveis, observado o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.3. Gestor de Contrato

6.3.1. O gestor do contrato será o responsável pela administração contratual até o encerramento de sua vigência, coordenando o processo de acompanhamento e fiscalização e mantendo atualizados todos os registros formais da execução, tais como ordens de serviço, registros de ocorrências, medições, alterações e prorrogações contratuais

6.3.2. Compete ao gestor do contrato elaborar relatórios periódicos de acompanhamento, com vistas à avaliação da execução e à eventual necessidade de adequações contratuais para o pleno atendimento do interesse público, conforme dispõe o art. 21, inciso IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.3.3. O gestor poderá, a qualquer tempo, verificar as condições da prestação dos serviços, bem como solicitar à contratada a apresentação de documentos técnicos,

administrativos ou operacionais relacionados ao objeto contratado.

6.3.4. Compete, ainda, ao gestor do contrato comunicar à autoridade competente as irregularidades identificadas, sugerindo a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente e no instrumento contratual, quando cabível.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Após o recebimento, o processo será instruído com a respectiva Nota fiscal/fatura devidamente certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidada, observando -se ainda, o cumprimento integral das disposições contidas neste termo;

7.2. A Administração, efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa.

7.2.1. Não será efetuado qualquer pagamento de parcela controvertida a contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.3. Por ocasião do pagamento a SEMAD verificará se o CONTRATADO mantém todas as condições jurídicas que comprovem quitação junto a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal, INSS; FGTS e Justiça do Trabalho (certidão negativa).

7.4. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

7.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.8. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

7.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.10. A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

7.11. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Critério de Seleção do Fornecedor

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação na modalidade Pregão na forma Eletrônica com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da Proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8.1.2. Critério de Julgamento da Proposta de Preços. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO LOTE ÚNICO** conforme inciso i, art. 33 da Lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no edital.

8.1.3. O julgamento por menor preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação, consoante art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Exigências de Habilitação

8.2.1. As Exigências de Habilitação: Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021; Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica as quais estão estabelecidas neste termo e no Edital de licitação.

8.3. Qualificação técnica

8.3.1. Apresentação de atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto a ser licitado;

8.3.1.1. O Atestado de Capacidade Técnica para fins de comprovação de aptidão para a prestação dos serviços deve ser em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 1 (um) ano;

8.3.1.2. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

8.3.2. A empresa classificada deverá apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que executou pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total dos serviços a serem contratados, sendo que o atestado de capacidade técnico-operacional deve estar devidamente registrado no CREA, acompanhados das Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedida por esse Conselho, que comprove que a licitante tenha executado para o órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou ainda, para empresas privadas, serviços de características técnicas similares ao objeto da presente licitação. Será aceita a soma de atestados buscando comprovar a capacidade técnica para realização dos serviços;

8.3.3. Certificado de registro e regularidade da empresa (certidão de pessoa jurídica) na entidade competente, sede da licitante, dentro do seu prazo de validade.

8.3.4. Certificado de registro e regularidade do Responsável Técnico (pessoa física) na entidade competente, sede da licitante, dentro do seu prazo de validade

8.3.5. Comprovação de que o Responsável Técnico indicado, faz parte do quadro da licitante, sendo que a comprovação pode se dar através de:

a) Contrato de prestação de serviços;

b) Registro no Ministério do Trabalho (empregado); ou

c) Se sócio da empresa através de cópia do contrato social registrado na Junta Comercial.

8.3.6. Registro ou prova de inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), que comprove atividade relacionada com o objeto deste termo, com atribuições na área de climatização;

8.3.7. Declaração indicando o nome, CPF e Registro na entidade profissional competente do responsável técnico habilitado que acompanhará a execução dos serviços;

8.3.8. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar a visita sendo que, neste caso, será necessário apresentar declaração assumindo, incondicionalmente a responsabilidade de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

8.3.9. A contratada, por intermédio de seu **responsável técnico**, poderá realizar **vistoria in loco**, a qual deverá ser previamente agendada junto à **gestão do contrato e à fiscalização da execução**, observando-se o horário de expediente, das **8h às 14h, de segunda-feira a sexta-feira**.

8.3.10. Não será admitida a **divisão do objeto em lotes**, tendo em vista a necessidade de que a totalidade do objeto esteja sob a responsabilidade de **uma única contratada**, conforme as exigências técnicas e operacionais do contrato.

8.4. Dos benefícios da lei nº 123/2006 e suas alterações

8.4.1. Quanto à aplicação dos benefícios condicionadas as normas da Lei nº 123/2006 e suas alterações, para fins de participação nesta Licitação, tratando-se de aquisição, os quantitativos do objeto deste termo estão classificados da seguinte forma:

a) ITEM/LOTE COM VALORES ACIMA DE R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão para PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA, e não se aplicará a regra COTA RESERVADA para este objeto, por não ser vantajoso para a administração, conforme o artigo 49 da Lei 123/2006 e suas alterações.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando: [\(Vide Lei nº 14.133, de 2021](#)

(...)

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com o art. 23, da Lei nº 14.133/2021: "Art.23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto".

9.2. Em conformidade com a pesquisa de preços, atestada pelo Departamento de Pesquisa Mercadológica – DPM/SMCL id. 0633957 e 0633970. O valor estimado para a contratação é de **R\$ 276.452,88 (Duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos)**.

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Das obrigações da CONTRATADA

10.1.1. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato da CONTRATANTE, por escrito e verbalmente, qualquer anormalidade de caráter urgente que possa afetar o andamento dos trabalhos, prestando os esclarecimentos necessários;

10.1.2. Registrar formalmente todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, dando ciência à Secretaria Municipal de Administração, e responder integralmente por eventuais omissões;

10.1.3. Zelar pelo sigilo das informações da CONTRATANTE, a que tenha acesso em decorrência da relação contratual, observando as regras de segurança de informação desta Instituição;

10.1.4. Atender prontamente à ordem de serviço para execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças novas, de qualidade comprovada e garantia do fabricante, quando aplicável;

10.1.5. Executar os serviços exclusivamente por pessoal especializado, com uso de técnicas apropriadas, ferramentas adequadas ao tipo de equipamento e em conformidade com o roteiro de manutenção;

10.1.6. Substituir, sem custos adicionais, quaisquer peças defeituosas dentro das condições de garantia estipuladas pelos fabricantes;

10.1.7. Responder integralmente por todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários decorrentes da execução dos serviços e fornecimento de materiais, não cabendo nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

10.1.8. Os empregados da CONTRATADA devem cumprir rigorosamente as normas internas da CONTRATANTE e do serviço público, bem como tratar com urbanidade, respeito e polidez o público, servidores e demais colaboradores da instituição;

10.1.9. Respeitar os horários previamente estabelecidos para a execução dos serviços e observar as normas internas da CONTRATANTE, especialmente as relacionadas à segurança do trabalho (uso de EPI's), prevenção de incêndios, disciplina, e controle de entrada e saída de pessoas e materiais;

10.1.10. Indenizar quaisquer danos causados aos equipamentos da CONTRATANTE ou a terceiros, bem como responder por extravio de bens patrimoniais, desde que comprovadamente ocorridos por ação ou omissão de seus prepostos;

10.1.11. Apresentar orçamento detalhado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando solicitado, contendo a descrição dos serviços, peças, quantidades e valores;

10.1.12. Executar os serviços somente mediante apresentação de Ordem de Serviço devidamente assinada pelo responsável indicado pela CONTRATANTE;

10.1.13. Indicar formalmente um responsável técnico para intermediar o contato entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA durante toda a vigência do contrato;

10.1.14. Assumir total responsabilidade técnica e financeira pelos testes que comprovem a eficiência e qualidade dos serviços executados, os quais deverão ser realizados na presença do fiscal do contrato;

10.1.15. Apresentar faturas devidamente acompanhadas das notas fiscais relativas às peças substituídas e aos serviços subcontratados ou terceirizados, quando aplicável;

10.1.16. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, o objeto deste contrato, salvo em casos devidamente justificados e autorizados pela CONTRATANTE, conforme a legislação vigente;

10.1.17. Executar a primeira manutenção preventiva no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, e as demais manutenções conforme Ordem de Serviço expedida pela CONTRATANTE;

10.1.18. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

10.1.19. A Contratada deverá apresentar Licença Ambiental de Operações – LAO, compatível com objeto da contratação, expedida pelo órgão competente.

10.1.20. Elaborar e entregar à CONTRATANTE relatórios detalhados sobre a execução das manutenções preventivas e corretivas, contendo:

a) Descrição dos equipamentos (marca/modelo, número de série, número de tombamento);

b) Data e horário de início e término dos serviços;

c) Condições inadequadas encontradas ou riscos de falhas que possam comprometer o funcionamento dos equipamentos;

10.1.21. Prestar prontamente todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE ou seus prepostos, garantindo-lhes acesso, a qualquer tempo,

aos locais de execução dos serviços e aos documentos relativos à execução contratual;

10.1.22. Atender, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer notificações emitidas pela CONTRATANTE relativas a irregularidades praticadas por seus empregados ou ao descumprimento de qualquer cláusula contratual;

10.1.23. Paralisar imediatamente qualquer atividade por determinação da CONTRATANTE, quando esta não estiver em conformidade com as normas técnicas ou colocar em risco a segurança de pessoas ou bens;

10.1.24. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões dos serviços contratados que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, conforme previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

10.1.25. Arcar com quaisquer multas, encargos, tributos, indenizações ou outras responsabilidades decorrentes da execução do contrato, inclusive aquelas relacionadas a erros no dimensionamento dos quantitativos apresentados em sua proposta, devendo complementá-los sem ônus adicional para a CONTRATANTE, salvo nos casos previstos no art. 124, II, “d” da Lei nº 14.133/2021;

10.1.26. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.1.27. Cumprir, durante toda a vigência do contrato, a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, priorizando adolescentes entre 14 e 18 anos em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme legislação vigente, inclusive os termos do Decreto nº 9.579/2018 e suas atualizações (Decreto nº 11.479/2023);

10.1.27. Caso tenha se beneficiado da preferência prevista na Lei nº 13.146/2015, cumprir todas as regras de acessibilidade e reserva de cargos ali estabelecidas;

10.1.28. Orientar e treinar seus empregados quanto às obrigações previstas na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), adotando medidas eficazes para proteção dos dados pessoais acessados durante a execução do contrato.

10.2. Obrigações da contratante

10.2.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregue fora das especificações deste instrumento e cumprir com as disposições editalícias.

10.2.3. Efetuar o pagamento do serviço prestado nas condições pactuadas com a contratada.

10.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, bem como atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do serviço.

10.2.5. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA; Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.2.6. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.2.7. Efetuar o pagamento da empresa CONTRATADA em conformidade ao estabelecido neste Termo de Referência, mediante conferência dos documentos: Nota Fiscal/Fatura, e devidamente atestados por servidor ou comissão encarregado do recebimento e observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

10.2.8. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

10.2.9. Verificar se todas as Certidões referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazendas (Federal, Estadual, Municipal) e à Justiça Trabalhista estejam regulares por ocasião do pagamento.

10.2.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021.

11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

11.1. A CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie prescrita pela Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 18.892/2023, e previstas no Edital e/ou contrato, às seguintes penalidades:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou,

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

11.2.2. Multa de:

11.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

11.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

11.2.2.4. 0,2% a 3,2% (dois décimos por cento a três vírgula dois por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; Nota explicativa: os patamares estabelecidos nos itens acima poderão ser alterados a critério da autoridade;

11.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

11.2.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.2.4. Impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

11.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

11.2.6. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa presente neste Termo de Referência.

11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

11.2.8. As sanções previstas poderão ser aplicadas à CONTRATADA junto as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.2.9. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1 GRAU CORRESPONDÊNCIA	
GRAU 01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
GRAU 02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
GRAU 03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
GRAU 04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
GRAU 05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2 - INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas leves	01
2	Não entrega de documentação simples solicitada pela CONTRATANTE.	02
3	Descumprimento de prazos.	03
4	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas médias.	02
5	Não entrega de documentação importante solicitada pela CONTRATANTE.	04
6	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas graves	04
7	Inexecução parcial do Contrato	05
8	Descumprimento da legislação (legais e infralegais) afeta à execução do objeto (direta ou indireta).	05

9	Cometimento de atos protelatórios durante a execução visando adiamento das solicitações do Contratante.	05
10	Inexecução total do Contrato.	05
11	Cometimento de fraude fiscal, durante a execução do objeto.	05
12	Declaração, documentação ou informação falsa, adulteração de documentos ou omissão de informações.	05
13	Declaração, documentação ou informação falsa, adulteração de documentos ou omissão de informações.	05
14	Descumprir determinação formal ou instrução do fiscal, por ocorrência	03

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

11.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

11.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação

11.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999

11.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do município e cobrados judicialmente.

11.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

11.13. As infrações contratuais incorridas pelo contratado serão apuradas pela Administração mediante devido processo legal, garantindo-se o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme procedimentos previstos no Art. 96 a 130 do Decreto Municipal nº 18.892/2023.

12. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO

12.1. A Contratação decorrente da presente Licitação, ficará subordinada às normas da Lei 14.133/2021 e será instrumentalizada por intermédio de assinatura do **Contrato** que terá força obrigacional e vincula a licitante à sua proposta, ao Termo de Referência e ao edital de licitação, sem prejuízo às demais obrigações decorrentes de Lei e normas.

12.2. A contratação resultante do objeto deste Edital, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

12.3. Da Vigência e Prorrogação:

12.3.1. A vigência do contrato objeto desta contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado até a vigência máxima prorrogável por até 10 anos, mediante Termo Aditivo, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.

12.3.3. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

12.3.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

12.4. Do reajuste

12.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração, Quadro Comparativo de Preços id.0633970. Data-base PORTO VELHO 10 DE MARÇO DE 2026.

12.4.2. O interregno mínimo para concessão de reajuste será contado a partir da data-base da apresentação do valor estimado da Administração, aplicando-se a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, ou outro índice que vier a substituí-lo.

12.4.3. O prazo para o CONTRATADO solicitar o reajuste encerra-se na data da

prorrogação contratual, ou da sua extinção.

12.4.4. Caso o CONTRATADO não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

12.4.5. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, novo reajuste só poderá ser pleiteado após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do estimado da Administração.

12.4.6. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível ao CONTRATANTE ou ao CONTRATADO proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajuste, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

12.4.7. Os novos valores contratuais decorrentes do reajuste terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I – A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste;

II – Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras. A formalização de prorrogação do Contrato deve ser firmada através de Termo Aditivo.

12.4.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.4.9. Da Rescisão Contratual

12.4.9.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no Art. 137 e 155 da lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral amigável ou judicial, nos termos e condições do Art.138 da referida lei.

12.4.9.2. Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no Art. 137 e 155 da lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral amigável ou judicial, nos termos e condições do Art.138 da referida lei.

12.4.9.3. A empresa CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão dos Art. 137, 138, 139 e 155 da lei 14.133/21.

12.4.10. Das Sanções Por Inadimplência

12.4.11. Em caso de inadimplência na execução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções previstas na Lei 14.133/21.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A contratação em questão esta contemplada no PCA, sua inclusão na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 confere respaldo legal e orçamentário para sua realização. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, conforme:

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; 07.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD; P.A.: 04.01.04.122.007.2.001; FONTE: 1.5000000000000000; ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 e ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.2. As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.3. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

14.4. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

14.5. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR é parte integrante do Termo de Referência (documento que faz parte da fase de planejamento de contratações públicas, com intuito de demonstrar a necessidade da contratação e instruir a elaboração do Termo de Referência definitivo).

Porto Velho - RO, 27 de abril de 2026.

Responsável(eis) pela elaboração:

Matheus Augusto Almeida Baraúna
Assessor II/COAD

Responsável(eis) pela revisão:

Natan Ferreira Soares
Coordenador de Apoio Administrativo

Aprovação da Autoridade Competente

Antônio Figueiredo de Lima Filho
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar - id. [\(0610732\)](#)

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, e o mesmo poderá ser adquirido junto ao **EDITAL DE LICITAÇÃO**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

ANEXO II - DO TERMO DE REFERÊNCIA

MEMORIA DE CALCULO - MANUTENÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA - SEMAD E DRLP				
TIPO	Nº DE CENTRAIS	PREVENTIVA (4X/ano)	CORRETIVA (2x/ano)	TOTAL ANUAL
12.000 BTUS	15	60	30	90
18.000 BTUS	25	100	50	150
22.000 BTUS	05	20	10	30
24.000 BTUS	12	48	24	72
30.000 BTUS	06	24	12	36
36.000 BTUS	03	12	06	18
48.000 BTUS	03	12	06	18
50.000 BTUS	01	04	02	06
54.000 BTUS	01	04	02	06
60.000 BTUS	08	32	16	48
CORTINA DE AR	02	08	04	12
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA - SMCL				
32.000 BTUS	14	56	28	84
36.000 BTUS	01	04	02	06
TOTAL DE MANUTENÇÕES				576



Documento assinado eletronicamente por **Aurea Jacques Benevides Medeiros, Assessor(a)**, em 27/04/2026, às 09:50, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Figueiredo De Lima Filho, Secretário(a)**, em 27/04/2026, às 17:19, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Natan Ferreira Soares, Coordenador(a)**, em 28/04/2026, às 09:08, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Augusto Almeida Barauna, Assessor(a)**, em 28/04/2026, às 09:17, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0791986** e o código CRC **F1ADB85**.

